



Luis de Baca e Marínor (D): para senadora, governo precisa se preparar melhor

## Especialista sugere simplificar leis para combate ao tráfico de pessoas

Representante do governo norte-americano, Luis C. de Baca disse ontem, no Senado, que a legislação deve caracterizar

mais claramente os tipos de exploração sofrida para facilitar a identificação dos crimes de escravidão ou situação análoga **7**

# Plenário deve votar hoje o novo Código Florestal

Texto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente já recebeu 44 emendas, o que poderá estender a sessão. Oposição pretende contestar ordem de votação e pressa

O relator Jorge Viana e o líder do governo, Romero Jucá, trabalham para que a decisão do Plenário sobre o novo Código Florestal seja tomada com base em entendimento geral. Mas, até ontem à noite, 44 emendas tinham sido propostas, o que aponta para uma votação prolongada.

Além desses ajustes, os líderes precisam chegar a um consenso sobre o primeiro item da pauta, a regulamentação da Emenda 29, que define a distribuição de recursos para a área da saúde, avisa Alvaro Dias. E Randolfe Rodrigues promete que tudo deverá ser feito sem pressa e conforme o Regimento. **3**

## Governo tenta garantir Desvinculação de Receitas da União até 2015 **5**

Parlamentares do mundo esperam renovar acordo do clima **3**

Comissão estuda impressão de livro didático em papel reciclado **3**

especial  
**Cidadania**

Coqueluche em adultos ameaça bebês em casa

Pais, mães e irmãos podem ter a doença sem saber, colocando crianças em risco. Meses de calor registram maior número de casos. **8**



Paulo Paim (3º à dir.) coordena último encontro do ciclo realizado sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade

Debate termina com homenagem a Brizola **4**

Assine a newsletter



www.senado.gov.br/jornal

Governador de Massachusetts quer integração tecnológica com Brasil

Recebido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Deval Patrick afirmou que comitiva formada por mais de 50 empresários e

dirigentes de instituições culturais e acadêmicas demonstra o “tamanho do interesse em parcerias com o Brasil”. **6**



Governador Deval Patrick (E) participa de reunião com Crivella e Cristovam



Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino é celebrado com sessão solene no Plenário, que contou com a presença de diplomatas do mundo árabe

Senador pede derrubada de muro na Cisjordânia

Em sessão de homenagem ao povo palestino realizada ontem, o senador Inácio Arruda criticou o governo israelense pela construção de mais um muro nos territórios ocupados da Cisjordânia. **2**





Lia de Paulo/Senado Federal

À direita, senador Inácio Arruda critica o silêncio da mídia internacional sobre a construção de muro na Cisjordânia

# Palestina: Inácio Arruda pede derrubada de muro

Homenagem pelo Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino contou com a presença de diplomatas de países do mundo árabe e foi palco de repúdio à construção, por Israel, de muro na Cisjordânia

INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE) criticou, em sessão solene em homenagem ao povo palestino, a construção, pelo governo israelense, de mais um muro dentro de territórios da Cisjordânia ocupada. Ele se referia a muro de 711 quilômetros que tem 85% de seu traçado dentro das fronteiras da Cisjordânia, o que pode levar à anexação de 9% dos territórios ocupados.

O parlamentar repriminou o “silêncio sepulcral” da mídia internacional a respeito dessa iniciativa de Israel, adotada com base em alegação de segurança e já condenada por parecer da Assembleia Geral das Nações Unidas. Para o senador, essa é mais uma ação “para separar povos, impedir o livre trânsito e dificultar a construção da paz na região”.

— Estamos ao lado do povo palestino para colocar abaixo mais um muro — declarou.

Inácio Arruda e a deputada Manuela d’Ávila (PCdoB-RS) sugeriram a homenagem em virtude da passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, em 29 de novembro. Conforme o senador, todos os líderes partidários do Senado apoiaram a proposta, pois são solidários com a causa do Estado palestino.

A sessão contou com significativa presença de repre-

sentantes do corpo consular e diplomático, especialmente de países do mundo árabe. O embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Mohamed Alzeben, foi representado pelo ministro-conselheiro Salah El-Qataa. A líder do PSOL, Marinor Brito (PA), e Inácio Arruda se alternaram no comando dos trabalhos.

Marinor lembrou que, recentemente, a Autoridade Palestina, sob o comando da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), pediu o reconhecimento da Palestina

como nação-membro da ONU. Esse “reconhecimento formal”, no entanto, é insuficiente. Na opinião de Marinor, o governo brasileiro, no comando da sétima maior economia do mundo, pode exercer papel mais afirmativo para o desenlace da questão palestina.

— A própria ONU tem se limitado a condenar formalmente alguns crimes cometidos por Israel, sem adotar qualquer medida de proteção ao povo palestino contra sucessivas agressões — afirmou a senadora.

## Fronteiras de 1967 inspiram meta para novos acordos de paz

O ministro-conselheiro Salah El-Qataa destacou que o objetivo palestino é estabelecer um Estado independente, ao lado de Israel, tendo por base as fronteiras de 1967. A partir desse ano, na sequência da Guerra dos Seis Dias, começou a ocupação israelense sobre territórios palestinos e também a anexação de áreas de países árabes que se envolveram no conflito.

El-Qataa disse que o respeito às fronteiras de 1967 é mencionado em todos os acordos de paz até então firmados com Israel. Ele sa-

lientou que, durante décadas, os palestinos implementaram todas as condições para o cumprimento desses acordos, lamentando que “a outra parte” não tenha agido do mesmo modo.

— Nós queremos e achamos imprescindível chegar a uma paz justa e duradoura, mas Israel continua destruindo nossas casas e matando nossa gente — acusou, acrescentando que não é possível concordar com a construção do muro, considerada ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, na Holanda.

## Arcebispo celebra missa no Congresso na quinta

O arcebispo de Brasília, dom Sergio da Rocha, vai celebrar, na quinta-feira, missa em ação de graças pelos trabalhos legislativos de 2011. A cerimônia está marcada para as 11h, no Salão Negro do Congresso Nacional, e deverá contar com a participação de senadores e deputados.

Na missa, serão lidos trechos do livro de Gênesis (Gn 3, 9-15.20), do Salmo 97 e do Evangelho segundo São Lucas (Lc 1, 26-38).

A celebração de missa de ação de graças no encerramento dos trabalhos legislativos já é realizada há alguns anos no Congresso Nacional. Essa será

a primeira vez que a cerimônia será presidida por dom Sergio da Rocha, que assumiu a arquidiocese em agosto. Ele substituiu dom João Braz de Aviz, que assumiu a prefeitura da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, no Vaticano.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Código Florestal e prorrogação da DRU

14h Sessão deliberativa. Votação do projeto de reforma do Código Florestal e terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

### Presidência Ordem do Dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CAS Jornada de aeronauta

9h Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para debater o projeto que modifica a jornada de trabalho do aeronauta, com a presença do diretor de Operações de Aeronaves da Anac, Carlos Eduardo Pellegrino, entre outros.

### CCJ Indicação para STF

9h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina a indicação de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para o cargo de ministra do STF.

### CAE Dedução no Imposto de Renda

10h Projeto que permite que o desconto da contribuição patronal do Imposto de Renda Pessoa Física seja feito em dobro quando o empregado doméstico frequentar instituição de ensino é um dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

### CMO Orçamento da União 2012

10h/14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para analisar emendas apresentadas à proposta orçamentária para 2012.  
18h/20h

### CE Divulgação de desempenho de escolas

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

### CMA Obras inacabadas

11h Entre os 26 itens da pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, consta proposta que estabelece a criação do Cadastro Nacional de Obras Inacabadas e a que obriga os fabricantes e os órgãos de licenciamento a divulgar a quantidade de gases poluentes emitidos pelos veículos automotores vendidos no Brasil.

### CDR Incentivo para habitação popular

14h Um dos projetos em análise na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo concede aos municípios mais carentes incentivos para a construção de habitações populares. O colegiado também vota projeto que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

### Drogas Relatório final

14h Votação do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

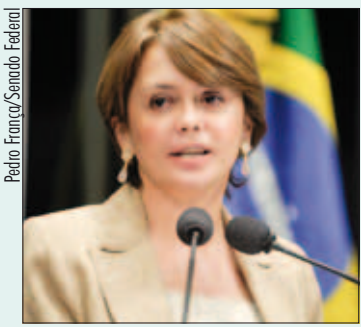
A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Ângela celebra aprovação de quatro usinas pela Aneel

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a aprovação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), dos estudos de inventário hidrelétrico da Bacia do Rio Branco (RR). Com as obras do terminal de carga do Aeroporto Internacional de Boa Vista e da linha de transmissão de energia Boa Vista a Manaus, as usinas podem atrair investimentos para o estado e a região. Os estudos preveem quatro usinas: Bem-Querer, no rio Branco; e Paredão A, Paredão M1 e Fé e Esperança, no rio Mucajaí.

— A presidente Dilma destacou a necessidade de maior



Viabilidade de usinas está cada vez mais reduzida, afirma senadora

aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, uma fonte renovável que, absorvido o impacto inicial da obra, passa a gerar energia limpa, confiável e perene — argumentou, dizendo que as opções de hidrelétricas na região estão se esgotando, devido aos conflitos de terra e das áreas de preservação ambiental.

## Vicentinho defende construção vinculada de usina e eclusas

As hidrelétricas previstas nos projetos nacionais de expansão da oferta de energia devem ser construídas com eclusas, defendeu ontem Vicentinho Alves (PR-TO). Autor de projeto (PLS 497/11) que vincula a construção de eclusas à das hidrelétricas, ele explica que as concessionárias não constroem eclusas alegando que os altos custos teriam que ser repassados aos consumidores. No entanto, observou, o próprio Ministério dos Transportes reconhece que a vinculação sai mais barato do que implantar eclusas depois.



Para senador, papel das eclusas justifica que Estado assuma os custos

Na opinião de Vicentinho, o Estado deveria assumir os custos da construção de rede de eclusas, por causa de sua importância para o sistema de transporte e para o meio ambiente, pois garante a mobilidade dos cardumes.

— A falta dessa vinculação tem custado muito caro à sociedade brasileira — disse.

## Crivella elogia trabalho de Lobão em favor da usina de Belo Monte

Graças ao “gênio político, espírito dócil, argumentos lúcidos e sobrançeria do seu caráter”, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, conseguiu equacionar a construção da usina de Belo Monte. A avaliação é de Marcelo Crivella (PRB-RJ), para quem Lobão optou por trilhar pelos caminhos da viabilidade política, em defesa de uma solução pacífica para as controvérsias levantadas pela hidrelétrica.

De acordo com o senador, hoje Belo Monte é defendida

pela academia e por uma juventude que cada dia mais participa, influi e se especializa nos grandes temas nacionais. Crivella chamou a atenção para a importância estratégica da usina e disse que ela não imporá grandes alagamentos.

Crivella também apresentou suas condolências à família do jogador Sócrates, que faleceu no domingo, dia em que o Corinthians conquistou o pentacampeonato brasileiro. A homenagem prestada pela torcida, disse ele, “comoveu a todos”.

## Comissão vota nesta semana relatórios setoriais ao Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve iniciar, a partir de hoje, a votação dos dez relatórios setoriais apresentados ao projeto orçamentário de 2012. Três deles já foram entregues, relativos às áreas de agricultura e

desenvolvimento agrário; saúde; e justiça e defesa. Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da área de agricultura, prevê R\$ 8,7 bilhões para o ministério, sendo R\$ 1,968 bilhão para a Embrapa, quase seis vezes mais do que a previsão de 2011.

Até ontem à noite, haviam sido apresentadas 44 emendas ao texto do relator Jorge Viana. Ele e o líder do governo, Romero Jucá, procuram construir entendimento em torno de novos ajustes

# Emendas devem prolongar votação do Código Florestal

PROMETE SER LONGA a sessão de votação no Senado do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), prevista para a tarde de hoje. Até o início da noite de ontem, 44 emendas já haviam sido protocoladas e a expectativa dos relatores é de que outras sejam apresentadas durante a discussão em Plenário.

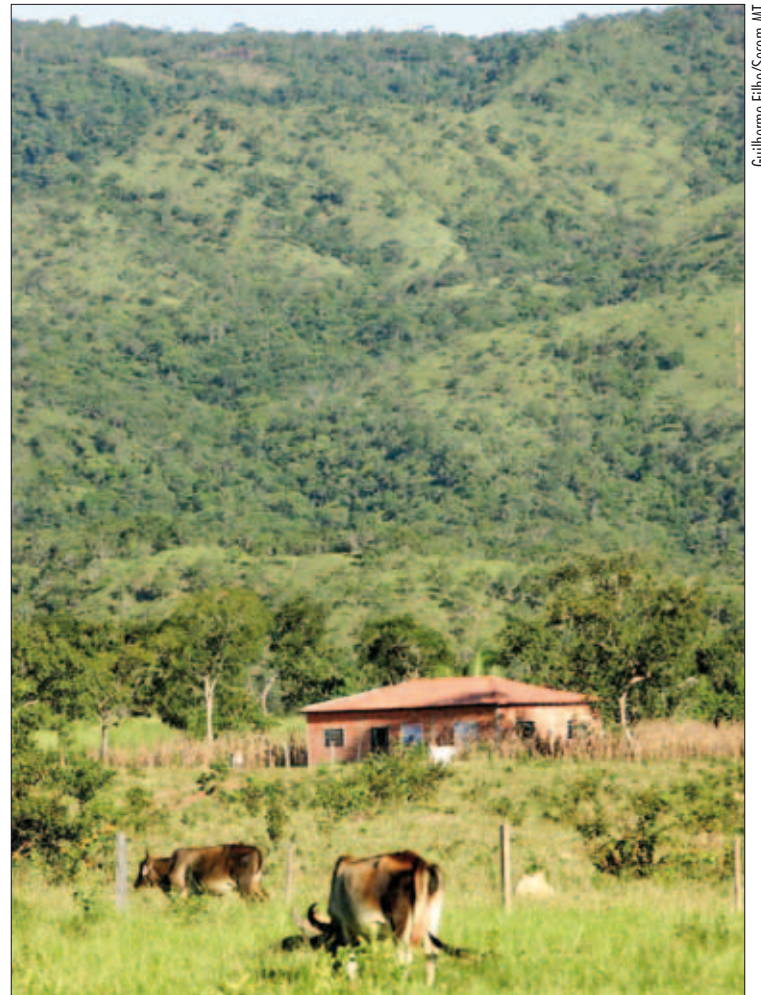
Apesar do assunto polêmico e da quantidade de ajustes pedidos pelos senadores, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que a votação será tranquila. Em entrevista à Agência Senado, Jucá disse que os principais pontos do código já estão acordados e que as negociações evoluíram de forma positiva nos últimos dias. A única preocupação será com os destaques a serem pedidos durante a análise da matéria.

Para acelerar a votação, Jucá disse estar trabalhando em um entendimento com o relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA), Jorge Viana (PT-AC), sobre a possibilidade das emendas e dos destaques serem votados em bloco. O líder disse que tanto Jorge Viana, quanto o relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Luiz Henrique (PMDB-SC), “fizeram um grande trabalho”.

— Vamos ver o que vem nos destaques. Mas, essa não é uma questão de base de governo versus oposição. O código voltará para a Câmara melhor do que veio — disse.

Ainda em conversas e negociações com aliados e opositoristas, Jorge Viana preferiu ser mais cauteloso sobre a votação de hoje.

— Não posso me antecipar ao Plenário, que é soberano. Estou ainda trabalhando para



Assentamento do Inbra no Pontal do Glória, em Santo Antônio do Leverger (MT)

que alguns aperfeiçoamentos sejam feitos. É importante, até o último momento, termos cuidado para que o meio ambiente não saia perdendo com o novo Código Florestal e, ao mesmo tempo, temos de seguir procurando entendimento com os diferentes setores representados aqui no Senado. Estamos fazendo negociações suprapartidárias, e parlamentares de todos os partidos têm nos ajudado — afirmou.

### Emenda 29

Além das discussões de mérito, a votação do código deve enfrentar questionamentos regimentais. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) garantiu que voltará a usar todos os meios

previstos no Regimento da Casa para que a discussão não se dê de forma apressada. A medida, segundo ele, não será uma manobra, mas “o estrito cumprimento das normas regimentais”.

Já o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), afirmou que, antes de votar o Código Florestal, é preciso acerto entre governo e oposição sobre a votação da regulamentação da Emenda 29, que estabelece gastos mínimos para a saúde nos três níveis de governo. O projeto da saúde (PLS 121/07), que tramita em regime de urgência, é o primeiro item da ordem do dia e só poderá ser preterido em favor do código por acordo de lideranças ou com a retirada da urgência pelos governistas.

## Parlamentares pedem renovação de protocolo

Parlamentares de mais de 25 países reunidos no Fórum Mundial de Legisladores da Globe Internacional, organização voltada para as questões do meio ambiente e mudanças climáticas, aprovaram ontem, na Cidade do Cabo (África do Sul), manifesto a favor da renovação do Protocolo de Kyoto.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que representa o Parlamento brasileiro no evento, diz que o documento será entregue hoje aos negociadores dos países que participam da 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-17, em Durban, também na África do Sul. Os parlamentares reivindicam maior participação do Legislativo nos fóruns internacionais.

## MEC pode distribuir livro em papel reciclado

A Comissão de Meio Ambiente deve analisar hoje projeto (PLS 612/07) que prevê a utilização de matérias-primas nacionais recicladas nos livros didáticos distribuídos pelos programas nacionais do Livro Didático, do Livro Didático para o Ensino Médio, do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos e na Biblioteca da Escola — todos do Ministério da Educação.

De acordo com emenda do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), em até dois anos após a lei, os livros deverão ter, pelo menos, 5% de fibras provenientes de material reciclado; no terceiro ano esse percentual aumentará para 15%; no quarto ano, todos os livros didáticos distribuídos pelo MEC deverão ter, no mínimo, 25% de fibras de reciclagem.



Genildo Magalhães/Senado Federal



Campanha liderada por Leonel Brizola foi tema de ciclo de debates na CDH, presidida por Paulo Paim (4º à esq.)

## Brizola e os 50 anos da Campanha da Legalidade

Ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro recebe homenagem em comissão do Senado no aniversário do movimento que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) concluiu ontem ciclo de debates sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade com homenagem a Leonel Brizola. O ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro foi o líder do movimento popular em defesa da posse do vice-presidente João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

A atuação de Brizola no episódio e o empenho do político para melhoria da educação do país foram ressaltados pelos participantes da audiência pública. Para o jornalista Carlos Bastos, que cobriu a campanha na época, o movimento evidenciou “toda a genialidade política de um jovem, que, na época, ainda não tinha 40 anos de idade”.

Ao narrar detalhes da campanha, o jornalista lembrou

discurso de Brizola, realizado em 28 de agosto de 1961, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, que começou assistido por 5 mil pessoas e terminou com 50 mil, mesmo diante da ameaça de bombardeio iminente da sede do governo gaúcho por forças militares. O ataque, segundo o jornalista, não aconteceu porque sargentos de quartéis gaúchos sabotaram os aviões, impedindo que levantassem voo.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH e autor da iniciativa para a realização da audiência, também elogiou o líder político.

— Um homem rebelde, corajoso, competente e preparado. Um homem que desafiava o poder com coerência e com a segurança de quem acreditava em seus ideais — resumiu.

Durante a audiência, foi exibido o documentário *Brizola — tempos de luta*, do diretor

Tabajara Ruas, que também participou do ciclo de debates. O filme narra a história de Brizola desde seu nascimento, no interior do Rio Grande do Sul, em 1922, à morte no Rio de Janeiro, em 2004, detalhando momentos importantes da história política brasileira, como a ditadura e a redemocratização nos anos 1980. O filme levou Pedro Simon (PMDB-RS) às lágrimas.

Paulo Paim informou que o filme será exibido, em janeiro, pelo Canal Brasil e convidou todos os brasileiros a assisti-lo.

A reunião foi encerrada com a execução do *Hino da Legalidade*. Também participaram do encontro o diretor do filme *Jango em 3 Atos*, Deraldo Goulart, jornalista da TV Senado; o fotógrafo Ivo Czamanski; e a diretora de Relações Internacionais da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, Loiva Lopes Calderan.

### Condenados por crime hediondo poderão ficar mais tempo presos

A progressão de regime, de fechado para semiaberto ou aberto, para os condenados por crimes hediondos ou atos de pedofilia só poderá ser requerida quando o preso cumprir três quintos ou 60% da pena, sendo réu primário ou reincidente. É o que pretende o PLS 333/10, a ser examinado na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para amanhã.

Hoje, a Lei de Crimes Hediondos exige o cumprimento de dois quintos (40%) para réus primários e três quintos (60%) para reincidentes em regime fechado para que os condenados possam reivindicar flexibilização de pena.

### Indicada ao STF, Rosa Weber será sabatinada hoje

Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, indicada ao cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga de Ellen Gracie, aposentada em agosto, será sabatinada pelos senadores da CCJ hoje, a partir das 9h.

Sua posse está sendo aguardada com ansiedade para a conclusão de votações importantes no STF, como a que estabelece a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2012. O relator da matéria no Supremo, ministro Luiz Fux, já se manifestou favoravelmente à aplicação da lei, mas a votação foi interrompida.

### Subcomissão de segurança deve votar plano de trabalho

Os senadores que compõem a subcomissão de segurança pública deverão trabalhar em cinco frentes, que vão desde a listagem das proposições até a realização de audiências com especialistas do setor, sempre com dois focos: o da prevenção e o da repressão.

O método de trabalho é proposto pelo relator da subcomissão, Eduardo Braga (PMDB-AM), e deverá ser submetido à aprovação do colegiado em reunião na quinta-feira.

De acordo com o parlamentar, a comissão pretende auxiliar o país a enfrentar os crescentes índices de violência.

## Projeto de Aloysio disciplina greve de servidores públicos

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou a apresentação de projeto de lei que disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos. Para ele, trata-se de uma das questões “mais melindrosas da ordem jurídica”.

O senador lembrou que a Constituição garante o direito de greve a todos os trabalhadores, mas o condiciona a lei que deveria ser elaborada depois da promulgação da Carta Magna. Em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, o exercício da greve foi regulamentado com a edição da Lei 7.783/89.

— Passados 23 anos da promulgação da Constituição, nós não temos uma lei para disciplinar o exercício do direito de greve do servidor público — disse.

Na avaliação de Aloysio, “esse vazio legal” cria dificuldades para o exercício do direito à greve dos servidores,

mesmo com o Judiciário tendo decidido que a lei referente aos trabalhadores privados pode ser usada como referência enquanto a norma exclusiva não for criada.

— Além de mitigar o exercício do direito de greve, a inexistência da lei dá margem a que muitas vezes esse exercício se desvirtue em abuso.

O senador explicou que sua proposta (PLS 710/11) consagra a autonomia dos sindicatos para definir as reivindicações. Trata também da negociação coletiva, direitos dos grevistas, manutenção mínima dos serviços essenciais, abusos e contratação temporária de servidores.

O projeto institui ainda o patamar máximo de pagamento de dias parados em 30% do período e reafirma a proibição de greve para as Forças Armadas, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Ana Volpato/Senado Federal



Para Aloysio, inexistência de lei dá margem a que se cometam abusos do direito de greve

## Alvaro volta a defender CPI para investigar corrupção

Ao comentar o pedido de demissão do então ministro do Trabalho, Carlos Lupi, Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a propor, ontem, a criação da CPI da Corrupção. Para defender os “resultados inegáveis” que uma CPI traria, Alvaro lembrou que, no domingo, a CPI do Futebol, presidida por ele, completou dez anos, tendo proporcionado avanços importantes na legislação e na administração do esporte no país.

— A persistência em relação ao modelo de loteamento de cargos entre os partidos que compõem uma coalizão de força fisiológica incomum compromete a eficiência administrativa e, repito, abre portas para a corrupção. Manter o modelo é lubrificar a máquina que fabrica escândalos no Brasil. Lastimavelmente, é o

que nós estamos verificando nesta segunda-feira, com a demissão do ministro Carlos Lupi, que sucumbiu, diante das pressões das denúncias, e pediu para ir embora.

O senador criticou a presidente Dilma Rousseff por manter Lupi no cargo até a situação ficar insustentável. Segundo ele, Dilma se posicionou como “advogada de defesa”, mas acabou perdendo a causa.

O parlamentar disse que a CPI do Futebol ajudou a restituir aos cofres públicos R\$ 160 milhões e propôs o indiciamento de diversos dirigentes de clubes esportivos. Ele ressaltou que os desdobramentos das CPIs, muitas vezes, dependem do Poder Judiciário. Por isso, considerou uma injustiça dizer que toda CPI “termina em pizza”.

Pedro Franco/Senado Federal



Senador explica que as CPIs propiciam responsabilização administrativa e criminal



Mecanismo que tem permitido ao governo gastar livremente 20% do dinheiro arrecadado com tributos vinculados a determinadas áreas caducará na virada do ano

# Governo corre contra relógio para manter DRU

Ricardo Westin

A DESVINCULAÇÃO DE Receitas da União (DRU) é um artifício que dá ao governo federal liberdade para gastar como bem entender 20% do dinheiro arrecadado com os tributos que, por lei, têm destino certo e obrigatório.

Desses tributos, o mais volumoso é a Cofins, que se recolhe dos empresários. Sem a DRU, os R\$ 174 bilhões que o governo espera arrecadar com a Cofins em 2012 iriam para programas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Com a DRU, esses setores ficarão com R\$ 139,2 bilhões (80%), e R\$ 34,8 bilhões (20%) serão aplicados conforme a conveniência do governo — no pagamento dos juros da dívida pública, por exemplo.

A presidente Dilma Rousseff corre contra o relógio. A DRU caducará na virada do ano caso o Senado não aprove antes disso a proposta de emenda constitucional (PEC) que lhe dá mais quatro anos de vida. Por ser PEC, deve passar por duas votações. E antes do dia 23 de dezembro, início do recesso parlamentar.

O Palácio do Planalto cogita a hipótese de fazer convocação extraordinária dos parlamentares na última semana do ano. E já cedeu à oposição. Aceitou pôr na pauta do Senado um projeto do agrado dos opositores — a regulamentação da Emenda 29, que aumenta o gasto público com saúde — em troca do compromisso de que não colocarão obstáculos na votação da DRU.

## “Engessamento”

O empenho se justifica. Esse mecanismo permitirá ao governo usar R\$ 62,4 bilhões livremente em 2012. O valor custearia o programa nacional de combate à Aids por 52 anos.

O governo argumenta que a DRU se faz imprescindível para dar flexibilidade ao “engessado” Orçamento federal. O elevado número de gastos obrigatórios (salários, aposentadorias, saúde, educação etc.) e de tributos vinculados (Cofins, PIS-Pasep, CSLL, Cide etc.) deixa pouco dinheiro para ser investido em áreas que possam se tornar prioritárias — como as obras de infraestrutura urbana para a Copa e as Olimpíadas.

A oposição, principalmente o PSOL, ataca a desvinculação sob o argumento de que os programas sociais perdem dinheiro. E afirma que a prioridade do país não deveria ser o pagamento dos juros da dívida pública, mas ações que beneficiem a população pobre.



Soldados em treinamento: grande parte dos recursos desvinculados pela DRU é usada no pagamento dos servidores, incluindo os militares

Ailton Soares/Exército Brasileiro

## Prorrogação divide senadores

Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado, afirma que a DRU é fundamental para que o governo não fique “amarrado”.

— O Orçamento é engessado. Com a DRU, podemos tirar dinheiro de uma área que não executa [as verbas previstas] e pôr numa área prioritária. Além disso, nos permite fazer um colchão neste momento de crise.

José Agripino (DEM-RN) diz que a oposição aceita a prorrogação da DRU, mas por apenas dois anos, e não pelos quatro anos propostos

pelo governo.

— Não queremos criar dificuldade para o governo. Mas, dado que a corrupção já derrubou tantos ministros, é melhor que a prorrogação seja por dois anos, para podermos fiscalizar mais de perto o que o governo está fazendo com esse dinheiro.

Também da oposição, Raulo Rodrigues (PSOL-AP) explica que não aceita a DRU:

— O Brasil já gasta demais com a dívida pública. Enquanto isso, falta verba para infraestrutura, saúde, educação etc.

Dois estudos, um do Senado e outro da Câmara dos Deputados, revelam que nenhum dos dois lados está 100% certo. Os trabalhos concluíram que, sim, a fatia do Orçamento destinada à seguridade perde. Mas que, dados os gastos elevados dessa área, o Tesouro Nacional acaba tendo de repor os 20% desvinculados sob pena de os programas sociais não serem executados por falta de verba.

O texto da Câmara, dos consultores Fernando Cosentino e Márcia Rodrigues, mostra que em 2012 a DRU desvinculará R\$ 62,4 bilhões e a seguridade receberá R\$ 66 bilhões extras — previstos na proposta orçamentária. Ou seja, o governo tira dinheiro com uma mão e devolve com a outra. O consultor Fernando Dias, do Senado, chegou à mesma conclusão.

A DRU foi criada nos anos 1990, época em que o orçamento da seguridade era superavitário. Nem todo o dinheiro era absorvido pelos programas sociais, o que viabilizava a desvinculação. Hoje, a seguridade é deficitária — a arrecadação caiu, com o fim da CPMF; e o

gasto subiu, com o crescimento dos programas sociais, como o Bolsa Família.

Se a DRU não é imprescindível, por que o Planalto está tão empenhado na prorrogação? Raul Velloso, especialista em contas públicas, crê que o governo deixará a seguridade superavitária por meio de reformas — a fiscal e a previdenciária, que tornarão racionais a arrecadação e o gasto público.

— Lá na frente, o governo vai precisar da DRU. O empenho de agora terá um retorno. Vai haver dinheiro para ser transferido para investimentos.

Além do objetivo de longo prazo, Velloso diz que a DRU tem uma função importante agora, na crise internacional. O governo precisa de caixa para amortizar a dívida pública e pagar seus juros — a existência da DRU tranquiliza os credores.

— Na prática, o ajuste fiscal não depende da DRU. Mas, se o Brasil perde esse mecanismo, os mercados ficam com a impressão de que nosso regime fiscal não é rígido, que o país pode degingolar. Acaba nossa credibilidade.

## O remanejamento das receitas federais

O governo federal prevê que os tributos sujeitos à DRU arrecadarão R\$ 312 bilhões no ano que vem. Sendo a DRU prorrogada, 20% poderão ser gastos livremente — R\$ 62,4 bilhões. Assim, só os 80% restantes serão investidos nos programas sociais e econômicos aos quais esses tributos, por lei, estão vinculados. (em R\$)

### ORIGEM DAS VERBAS DESVINCULADAS (PREVISÃO PARA 2012)

- ▶ **Tributos sociais** 58,9 bi
- Os principais tributos destinados à área social que perdem 20% das receitas são a Cofins, a CSLL e o PIS-Pasep, contribuições pagas pelas empresas com base no lucro. As receitas das loterias federais, que também são vinculadas a programas sociais do governo (como o financiamento das mensalidades dos estudantes universitários carentes), têm 20% de seu montante total desvinculado.
- ▶ **Tributos econômicos** 3,5 bi
- Dos tributos que vão para a área econômica, o mais expressivo é a Cide, que incide sobre os combustíveis. Dos R\$ 9,8 bilhões que o governo espera arrecadar no ano que vem com a Cide, perto de R\$ 2 bilhões (20%) serão desvinculados — caso o governo consiga prorrogar a vigência da DRU.

### DESTINO DAS VERBAS DESVINCULADAS (PREVISÃO PARA 2012)

▶ Salários dos servidores públicos	15,9 bi	25,6%
▶ Dívida pública	15 bi	24%
▶ Reserva de contingência financeira	6,3 bi	10,1%
▶ Reserva de contingência fiscal	6,2 bi	9,9%
▶ Salários dos militares	5,5 bi	8,8%
▶ Plano de seguridade do servidor público	3,3 bi	5,3%
▶ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)	2,2 bi	3,6%
▶ Fundo de Arrendamento Residencial	2 bi	3,2%
▶ Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	1,2 bi	1,9%
▶ Marinha Mercante e incentivo à produção naval	1 bi	1,7%
▶ Crédito a famílias assentadas	800 mi	1,3%
▶ Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	800 mi	1,3%
▶ Outros	2,2 bi	3,3%
<b>TOTAL</b>	<b>62,4 bi</b>	

Fonte: Fernando Cosentino e Márcia Rodrigues, consultores da Câmara dos Deputados

## Criado para ser provisório, mecanismo já dura 17 anos

A DRU surgiu em 1994, como Fundo Social de Emergência (FSE). Foi um dos pilares do Plano Real.

Até então, a inflação permitia ao governo contornar o “engessamento” do Orçamento. Enquanto a arrecadação com impostos crescia ao longo do ano graças à inflação, os gastos públicos (calculados no ano anterior) eram corroídos. Sobrava dinheiro para ser transferido para áreas prioritárias.

Com a inflação controlada, isso acabou. A solução foi a

desvinculação de receitas.

Em 1996, o FSE mudou para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), após se descobrir que verba desvinculada havia sido usada para comprar goiabada para o Palácio do Planalto. Desde 1994, a desvinculação foi prorrogada cinco vezes.

— A DRU virou Fla-Flu. O discurso pró e contra é emocional. Deveriam discutir a reforma fiscal que há tanto tempo se espera — diz o economista Gil Castello Branco, autor do trabalho que descobriu o gasto com goiabada.



# Estado de Massachusetts quer parceria com Brasil

Governador norte-americano visita o Senado com delegação de mais de 50 empresários e dirigentes de instituições culturais e acadêmicas interessados em firmar acordos de tecnologia

O GOVERNADOR DO estado norte-americano de Massachusetts, Deval Patrick, visitou ontem a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) com mais de 50 empresários e dirigentes de instituições culturais e acadêmicas.

— Vieram três vezes mais pessoas do que o planejado, tamanho o interesse manifestado em parcerias com o Brasil — explicou Patrick aos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

O governador lembrou que o estado é um dos mais avançados em tecnologia e educação nos Estados Unidos. Lá estão, por exemplo, a Universidade Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

— Dentro da atual política de geração de empregos, há grande interesse em estabelecer acordos — explicou.

Integram a comitiva reitores e diretores de várias universidades. Em Brasília, eles foram também ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao abrir a reunião, Crivella afirmou que “agora é a hora do Brasil”. O parlamentar lembrou o esforço do país para aumentar o investimento em ciência e tecnologia, de forma a atingir a meta de 2,5% do produto interno bruto (PIB) em 2022.



Crivella (2º à esq.) lembrou à delegação norte-americana o esforço do Brasil em investir mais em tecnologia

## Modelo deu origem a instituto tecnológico

Cristovam Buarque afirmou que a melhor instituição de ensino e pesquisa na área de tecnologia no Brasil, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), surgiu justamente de uma parceria com o MIT, cinco décadas atrás.

Na avaliação de Cristovam, o renascimento do ITA depende de nova parceria com sua congênera norte-americana. Ele observou que o Brasil tem ilhas de inovação, com pesquisas tecnológicas de alto nível, mas falta a elas integração com a iniciativa

privada. Segundo ele, além da falta de investimento em pesquisa, o Brasil sofre com a falta de qualidade na educação de base.

Para o senador estadual de Massachusetts Marc Pacheco, investir no conhecimento é um compromisso do estado. Ele foi outro da comitiva a ressaltar a “determinação” de Massachusetts em estabelecer muitas parcerias com instituições brasileiras.

O encontro foi precedido de explicação preparada pela analista legislativa Flávia Santinoni Vera sobre

as metas brasileiras para inovação; avanços tecnológicos no processo legislativo; propostas relevantes sobre ciência, tecnologia e educação em tramitação no Senado Federal; objetivos para a formação de pesquisadores para os próximos anos; e investimentos em centros de pesquisa feitos no Brasil por empresas estrangeiras.

Ao final da reunião, Crivella mandou tocar a canção *Massachusetts*, da banda anglo-australiana Bee Gees, sob aplausos dos visitantes.

## Pimentel: medidas protegem o país da crise econômica

José Pimentel (PT-CE) disse ontem que, com as medidas econômicas anunciadas semana passada, o governo criou condições favoráveis para o enfrentamento da crise que se abateu sobre a Europa.

O senador destacou a aprovação pelo Congresso das medidas que compõem o Plano Brasil Maior, com o objetivo de fortalecer a indústria reduzindo a carga tributária nos setores que mais empregam.

— Com essas ações, estamos criando ambiente para que, em 2012, a gente possa repetir os mesmos 2,5 milhões de empregos com carteira assinada que geramos em 2011.

Já Wellington Dias (PT-PI) observou que a agricultura familiar, financiada pelo crédito fundiário, além de gerar emprego e renda, tem papel de abastecimento em âmbito local.



Para senador, cria-se ambiente para geração de empregos em 2012

## Jucá ressalta criação de comunidade de estados americanos

Romero Jucá (PMDB-RR) destacou ontem a fundação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em cúpula realizada na Venezuela, no fim de semana. Estiveram presentes 32 líderes — entre eles, a presidente Dilma Rousseff —, que debateram o futuro da economia, as ações sociais e as visões de integração da comunidade americana, questões cada vez mais fundamentais na opinião do senador.

Segundo Jucá, na ocasião Dilma e o presidente da



Brasil e Venezuela assinaram 11 acordos bilaterais, lembra senador

Venezuela, Hugo Chávez, assinaram 11 acordos bilaterais. Entre eles, pactos de cooperação técnica na área de agricultura e habitação.

O senador lembrou ainda as ausências, na reunião, dos líderes dos Estados Unidos e do Canadá.

## Paim rejeita desvinculação de receitas da seguridade social

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) não deve incidir sobre a seguridade social. Ele tentou conseguir assinaturas para uma emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 114/11, que prorroga a DRU até 2015, mas não obteve êxito.

Atualmente, a DRU permite à União gastar em outras áreas 20% dos recursos das contribuições sociais — com exceção daqueles destinados à previdência — e das contribuições

econômicas. Com isso, a desvinculação ainda incide sobre saúde e assistência social. Para 2012, a previsão é de que deixe livres cerca de R\$ 62 bilhões. Se a desvinculação não incidisse sobre a seguridade, sobriariam cerca de R\$ 3 bilhões.

A PEC 114/11 pode ser votada nesta quinta-feira. A oposição, no entanto, afirmou que tentará obstruir a votação caso o governo não vote antes a regulamentação da Emenda 29, que define percentuais para investimento em saúde.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Waldemir Moka  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes\* de secretário:** João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Waldemir Moka

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Sítio:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burl e Suely Bastos  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

\* Vago em razão da saída de Gilvam Borges





Para senador, Sócrates "era um cidadão na plenitude do termo"

### Viana lamenta morte do ex-jogador de futebol Sócrates

Jorge Viana (PT-AC) lamentou ontem o falecimento, no domingo, do ex-jogador de futebol Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, classificado por ele como "um brasileiro exemplar".

Formado em Medicina, Doutor Sócrates, como ficou conhecido, era paraense de Belém e conseguiu conciliar a vida de atleta com os estudos universitários e com a participação na vida política nacional, lembrou o senador.

Falecido aos 57 anos devido a uma infecção generalizada, o ex-jogador, segundo Jorge Viana, reconheceu no final da vida que havia exagerado no consumo de álcool e alertou os jovens para as consequências negativas da dependência.

### Subcomissão vota relatório sobre dependência química

Wellington Dias (PT-PI) anunciou ontem, em Plenário, a votação, na próxima semana, do relatório da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros. O senador é o presidente do colegiado, criado em março.

O relatório, a cargo de Ana Amélia (PP-RS), deve trazer informações e sugestões coletadas em audiências públicas e em visitas realizadas pela subcomissão e por comissão semelhante da Câmara.

As medidas sugeridas visam reduzir a produção e a comercialização de drogas. Depois de aprovado na subcomissão, o relatório deverá ser avaliado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Wellington ressalta importância da prevenção para combater problema

Foco não deve ser o movimento das pessoas, mas a identificação precisa dos tipos de tráfico, sugere representante norte-americano

# Leis contra o tráfico de pessoas devem caracterizar melhor o crime

O FOCO DO combate ao tráfico de pessoas deve ser a legislação simplificada para facilitar a identificação desse tipo de crime, disse o embaixador Luis C. de Baca, chefe do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado Americano durante audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas realizada ontem no Senado. Para o representante do governo dos Estados Unidos, a ênfase de grande parte

das legislações existentes no mundo está erroneamente na questão do movimento das pessoas, quando o que importa é caracterizar de forma mais clara os tipos de exploração sofrida.

— O foco da lei tem sido sobre a movimentação das pessoas e não a escravização delas. Sugiro que o Senado trate justamente da condição de escravidão que essas pessoas vivem — aconselhou.

Segundo o dirigente, tipificar

o crime de escravidão ou situação análoga a essa prática é tendência crescente nos Estados Unidos desde 2000, quando o país modernizou sua legislação sobre tráfico de pessoas. Para o embaixador, a melhor maneira de lidar com esse tipo de crime é simplificar as formas de identificá-lo. Segundo ele, definições muito técnicas apenas prejudicam seu enfrentamento.

— A melhor forma de lidarmos com esse crime não é

educar os membros do Poder Judiciário, mas o policial lá na ponta, para que ele saiba como identificá-lo. Se, por exemplo, um cafetão espanca uma prostituta e o policial estiver bem instruído, ele poderá, sim, trazer a tipificação penal adequada, mas se não tiver nada nos arquivos do inquérito policial para ligar isso a uma situação de tráfico, passará apenas como mais um caso de lesão corporal — explicou o embaixador.



Marínia (2ª à dir.) recebe o embaixador Luis C. de Baca, chefe do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos EUA

## Plano de combate exige mapeamento prévio dos casos

Além de facilitar a atuação da polícia, essa tipificação também vai contribuir com dados para o mapeamento de casos de tráfico de pessoas no mundo, na avaliação de Luis C. de Baca. Pela falta de transparência na definição do crime em grande parte dos países e pela falta de preparo de policiais, muitos dos casos deixam de ser enquadrados como tráfico de pessoas.

— Os traficantes podem até estar sendo punidos, mas o sistema não coletou os dados da forma adequada. Se não soubermos que há vítimas, como poderemos garantir seus direitos e oportunidades? — questionou.

De acordo com Marínia Brito (PSOL-PA), a falta de informações sobre o tráfico de pessoas é a principal lacuna identificada pela CPI.

— Infelizmente, a última pesquisa realizada no país foi em 2000. Não temos o mapeamento dessa situação e

sequer temos o mapeamento dos casos que chegaram às autoridades brasileiras e que viraram alvo de investigação — observou.

Sem essas informações, fica prejudicada a criação de plano de enfrentamento ao crime. Ela criticou a instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, pelo governo federal, antes de um mapeamento sobre o tema.

— O Brasil está fazendo o contrário. Está elaborando o plano para fazer o enfrentamento sem ter os dados sobre isso — afirmou.

Ao saber de Luis C. de Baca que os EUA investem cerca de U\$ 100 milhões por ano em ações de combate ao tráfico de pessoas, Marínia lamentou a falta de recursos no orçamento contra o tráfico de pessoas.

— O Brasil tem previsto apenas R\$ 1 milhão do Orçamento de 2012 para o enfrentamento do tráfico de pessoas — apontou.

## Para Marínia, governo não consegue enfrentar problema

A CPI do Tráfico de Pessoas deve apresentar ao governo federal, em fevereiro, documento com recomendações para enfrentar o problema. A expectativa é de Marínia Brito, relatora da comissão.

Ao fazer balanço da atuação do colegiado neste ano, a parlamentar assinalou que o governo brasileiro ainda não está preparado para enfrentar a questão do tráfico de pessoas.

— Ouvimos muitas autoridades, viajamos por vários estados brasileiros. O que conseguimos acumular de informações é muito mais do que o governo tem. Muito mais do que o governo usou para fazer seu plano de enfrentamento. Chegamos à conclusão de que o Brasil não está preparado e não está se movimentando no sentido de enfrentar o tráfico de pessoas — disse.

Entre as propostas que estão sendo analisadas pela

CPI, está a criação de núcleo de enfrentamento em âmbito federal, com o envolvimento de todos os ministérios. Também está prevista a busca de parcerias com outros países para criar rede internacional de combate ao crime.

Em fevereiro se encerra o prazo de vigência da CPI. Instalada em 27 de abril, a comissão tem como objetivo monitorar a situação do tráfico de pessoas no país, tipificar o crime e contribuir para a formulação de políticas públicas e campanhas educativas que inibam esse tipo de delito.

Além de reuniões em Brasília, a comissão tem realizado diligências pelo país para ouvir vítimas, testemunhas, profissionais envolvidos no combate ao tráfico de pessoas e representantes de órgãos governamentais. A CPI já passou pelas cidades de Manaus, Salvador, Belém e Rio de Janeiro.



# Famílias transmitem coqueluche para bebês

Doença que se considerava erradicada no Brasil é confundida com resfriado e acaba contaminando crianças, para quem as consequências são graves. Meses de calor são os de maior incidência

Marcio Maturana

DEZEMBRO E JANEIRO exigem atenção às tosses. É nos meses de calor que surgem mais casos de coqueluche, doença que se considerava erradicada no Brasil, mas que vem reaparecendo principalmente em adultos. Como para eles os sintomas são mais brandos, muitas vezes a doença é confundida com resfriado e acaba sendo transmitida às crianças da casa, mesmo simplesmente ao se falar. Em 75% dos casos, recém-nascidos são contaminados por alguém da família.

As 15 mortes registradas no Brasil de janeiro a agosto deste ano foram de menores de 2 anos de idade. Nesses oito meses, houve 595 casos, contra 291 do mesmo período do ano passado. Mas os números verdadeiros são maiores, justamente pelas vezes em que a doença não é identificada. — Não é doença de verão, é um risco o ano inteiro. Mas aumenta mesmo em dezembro e janeiro, por motivos biológicos da bactéria — afirmou o presidente da Associação

Brasileira de Imunizações (Sbim), Renato Kfourri.

Humberto Costa (PT-PE), presidente da Subcomissão de Saúde do Senado e ex-ministro da Saúde, acredita que a doença continua sob controle, mas garante que o Congresso está atento à questão.

— Acompanharemos a evolução da coqueluche e convidaremos os responsáveis, se for o caso. Acredito na capacidade de bloqueio de surtos de nossas vigilâncias — avaliou o senador.

A coqueluche voltou porque dura no máximo dez anos a proteção da vacina tríplice bacteriana (DTP), aplicada em três doses: aos 2, aos 4 e aos 6 meses de idade, com reforços aos 12 meses e aos 5 anos. No Brasil, essa vacina — chamada de tríplice porque também protege contra difteria e tétano — é grátis desde 1973. Segundo Kfourri, nem

mesmo a resistência natural dos brasileiros foi estimulada para criação de anticorpos, porque gerações ficaram todo esse tempo sem contato com a bactéria.

— O sistema de vacinação pública do Brasil é o melhor do mundo — ressalta o pediatra Jayme Murahovschi, professor da Universidade Federal de São Paulo. A infectologista Denise Cordeiro, professora da Universidade de Brasília, reafirma o prestígio da vacinação pública e explica que o exame laboratorial de confirmação dura cerca de uma semana.

A bactéria da coqueluche só afeta humanos e se chama *Bordetella pertussis*. A toxina produzida por ela provoca tosses tão intensas que podem causar hemorragias nos olhos e no cérebro. Há registros de costelas quebradas devido à intensidade das tosses e perda de consciência.



A vacinação grátis no Brasil erradicou a coqueluche, mas a proteção dura até dez anos e a doença tem reaparecido em adultos, que viram transmissores

## Sintomas

**FASE CATARRAL** (cerca de duas semanas): coriza, lacrimejamento e tosse — semelhante a um resfriado comum.

**FASE PAROXÍSTICA** (de 4 a 6 semanas): acessos de tosse seguidos de chiados. Expectoração de muco claro, viscoso e espesso e vômitos; em alguns casos, cianose e apnéia. Maior risco de complicações pulmonares e neurológicas, com alto índice de mortes.

**FASE FINAL** (3 semanas): após o desaparecimento dos chiados, a tosse ainda persiste.

## Evolução da doença no Brasil em 2011, por estados

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	MA	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	DF	TOTAL
Jan.	12	0	2	0	2	0	4	1	0	1	2	1	0	10	5	0	9	53	4	5	18	1	1	131
Fev.	1	1	1	0	4	0	5	1	2	0	0	5	0	12	3	0	3	42	5	0	19	0	2	106
Mar.	1	1	2	0	3	0	0	2	3	0	2	7	1	15	6	1	1	14	0	0	10	0	4	73
Abr.	5	6	5	0	0	0	0	0	2	0	1	8	0	8	4	3	1	22	5	1	0	0	5	76
Mai.	0	1	2	0	2	1	2	0	1	0	6	3	0	10	3	0	10	34	6	0	3	2	1	87
Jun.	0	0	1	3	0	0	0	1	2	0	0	1	0	8	2	0	4	33	11	2	4	1	2	75
Jul.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	3	2	0	4	24	2	1	1	0	4	45
Ago.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>66</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>223</b>	<b>34</b>	<b>9</b>	<b>55</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>595</b>
<b>MORTES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net/Ministério da Saúde), ainda sem dados a partir de setembro. Mato Grosso, Piauí, Tocantins e Goiás não registraram casos de coqueluche

## Vacina adaptada para adultos só existe em clínicas particulares

Já vem sendo aplicada no Brasil vacina contra coqueluche específica para adultos, pois, depois dos 7 anos de idade, a toxina presente na vacina normal causa muitas reações, incluindo convulsões, como explica a médica Cláudia Valente, presidente da Sbim Regional Brasília.

— O ideal é receber a primeira dose da vacina adaptada, acelular, aos 15 anos de idade e depois a cada dez anos — afirma Cláudia.

As mulheres devem ser vacinadas, se possível, antes de engravidar. Mas mesmo as grávidas podem ser vacinadas no pré-natal.

Essa prevenção para adultos faz parte do calendário brasileiro de vacinação, no entanto, só é encontrada em clínicas particulares, que cobram até R\$ 150 pela aplicação em dose única. Na rede pública, existe para adultos a

vacina dupla, contra tétano e difteria, sem tantas reações adversas.

A inclusão da prevenção contra coqueluche na rede pública não está descartada, mas ainda depende de uma série de fatores. Trata-se de um produto muito recente, criado há cerca de dez anos, e, por isso, ainda é caro.

— É preciso verificar questões como disponibilidade, prescritividade, produção mundial e transferência de tecnologia, além dos custos de aplicação, armazenamento e transporte. Esses são alguns dos itens que devem ser levados em conta para se disponibilizar uma vacina na rede pública — explica Renato Kfourri.

Um agravante, segundo o Ministério da Saúde, é que menos de 30% da população adulta adere às campanhas de vacinação.

## Comitê técnico analisa iniciativas de prevenção

Mesmo que o Senado discuta e aprove a inclusão da vacina para adultos na rede pública, toda a parte técnica precisará ser definida no Comitê Técnico Assessor de Imunizações (Ctai), do Ministério da Saúde, onde se discutem necessidades, propostas e resultados, com representantes da sociedade.

Cláudia Valente, porém, acredita que a prevenção da coqueluche em adultos terá que esperar para entrar na pauta dos legisladores.

— Vacina gratuita contra HPV é a grande discussão do momento. Argentina e Uruguai já implementaram, mas lá a população é bem menor — considerou a médica.

Realmente, a Comissão de Direitos Humanos do Senado já aprovou vacinação gratuita contra HPV para mulheres com idade entre 9 e 45 anos (PLS 238/11). O projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) tramita agora na Comissão de Assuntos Sociais. HPV é a principal causa do câncer do colo de útero.

### Saiba mais

Página do Ministério da Saúde sobre coqueluche  
<http://bit.ly/suscoqueluche>

Vídeo da cantora Jennifer Lopez como garota-propaganda da Estratégia Cocoon (em espanhol)  
<http://bit.ly/estrategiacocoon>



## Organização Mundial da Saúde indica "casulo"

Vacinar os adultos para proteger as crianças que vivem com eles é o conceito básico da Estratégia Cocoon (casulo, em inglês), criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que tem a atriz americana Jennifer Lopez como garota-propaganda. Como a vacina DTP só é concluída aos 6 meses de idade, antes o bebê fica desprotegido. A solução é imunizar todos os que convivem com a criança. Essa tática pode ser aplicada também a outras doenças contagiosas.

Segundo a OMS, a cada ano surgem 50 milhões de casos de coqueluche no mundo, com cerca de 300 mil mortes. Eram 2 milhões de casos por ano na década de 1980.

— Alguns países desenvolvidos na Europa não tinham a preocupação de vacinar rotineiramente, como o Brasil. A coqueluche começou a reaparecer lá antes dos primeiros casos de ressurgimento no nosso país — afirmou a médica Denise Cordeiro, da UnB.

Livro do Ministério da Saúde sobre os 30 anos do Programa Nacional de Imunizações (2003)  
<http://bit.ly/30anosPNI>

Boletim sobre coqueluche da Associação Brasileira de Imunizações  
<http://bit.ly/informecoqueluche>